



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003574-37.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência – Contrato n. 7/2022 – Contratada OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI.

DESPACHO Nº 361 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após adesão deste Regional a Intenção de Registro de Preço (IRP) gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), operou-se a contratação da empresa OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 23.109.142/0001-97, para a prestação do serviço de comunicação multicanal através da internet, baseado em computação em nuvem, com recursos de atendimento automatizado por robô (*chatbot*) e por atendente humano, de modo integrado em uma única plataforma de atendimento, nos termos do Contrato n. 7/2022 ([0818495](#)), com termo final em 21/04/2024, consoante o Termo Aditivo n. 1 ([0979372](#)).

Por meio de comunicação eletrônica ([1114287](#)), a contratada manifestou interesse na prorrogação contratual e na aplicação do reajuste de preços de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos últimos 12 (doze) meses - segunda data-base do contrato (01/2024), correspondente ao período de 01/2023 a 12/2023. A empresa renunciou expressamente ao direito de reajustamento dos preços decorrente da primeira data-base do contrato (01/2023), correspondente ao período de 01/2022 a 12/2022 ([1133652](#)).

O Secretário da SAOFC determinou a realização de estudos técnicos preliminares, ressaltando a necessidade de diligenciar junto ao órgão gerenciador sobre a aplicação do reajuste de preços na contratação em tela, considerando a ausência de previsão dessa regra no edital ([1118298](#)).

Após diligências, o Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC (NATCTIC) constatou que o TRE/PB - órgão gerenciador - adotou a variação do IPCA para reajustar os valores contratados, posteriormente à celebração do contrato naquele órgão, nos termos da Remessa n. 6/2024 - NATCTIC ([1131072](#)).

Com base nisso, foi apurado o percentual de 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) acumulado dos doze últimos meses pelo IPCA ([1127585](#)). O percentual foi apresentado pela empresa e confirmado pela unidade técnica após pesquisa no site oficial do IBGE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À vista disso, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) apresentou os documentos relacionados abaixo, os quais foram aprovados pelo Secretário da STIC, titular da unidade demandante da solução ([1131548](#)):

- a) análise de viabilidade da contratação ([1128945](#));
- b) sustentação do contrato ([1128946](#));
- c) estratégia para contratação ([1131805](#));
- d) análise de riscos ([1128949](#));

Na sequência, o Secretário da SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC para programação orçamentária; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([1131636](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 394/2024 da COFC ([1131820](#)), formalizou a programação orçamentária para o suporte da despesa no exercício de 2024, no valor de R\$ 180.762,00 (cento e oitenta mil setecentos e sessenta e dois reais) ([1131844](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 2 ([1133717](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1133718](#)), a qual, após análise, aprovou os termos do instrumento, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pela possibilidade jurídica de prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a partir de 22/04/2024, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 07/2022 e no art. 12, §§ 1º e § 3º da Resolução CNJ n. 182/2013; pela possibilidade de reajuste da contratação, com observância do idêntico referencial definido no órgão gerenciador da contratação, qual seja, a variação anual acumulada do IPCA aplicada aos valores do contrato na ocorrência da data-base; pela possibilidade de renúncia ao direito de reajustamento dos preços decorrente da primeira data-base do contrato, correspondente ao período de 01/2022 a 12/2022, considerando renúncia expressa da contratada; e pela possibilidade de concessão do reajuste pleiteado pela contratada no percentual de 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), decorrente da variação do IPCA, no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, com efeitos financeiros a partir de 20/01/2024, com fundamento no art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93 ([1139350](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do 1º reajuste ao Contrato n. 07/2022 no percentual de 7,69% (sete inteiros e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sessenta e nove centésimos por cento), decorrente da variação do IPCA aferida no segundo período de anualidade (janeiro de 2023 a dezembro de 2023), com efeitos financeiros sobre a contratação a partir de 20/01/2024; pela inclusão do item 10.2 à Cláusula Primeira do contrato, nos termos da minuta ([1133717](#)), em face da imposição legal de aplicação de critérios de reajustamento de preços; pela prorrogação do prazo de vigência do Contrato TRE-RO n. 07/2022 ([0818495](#)), por mais 12 (doze) meses, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 07/2022 e no art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução CNJ n. 182/2013; pela complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente pela contratada, e pela aplicação dos efeitos financeiros relativos ao reajuste de preços a partir de 20 de janeiro de 2024, em face do direito adquirido da contratada em fazer jus ao presente reajuste ([1140420](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime da referida lei serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, como é o caso sob análise.

Além disso, considerando se tratar de solução de tecnologia da informação e comunicação (TIC), deve-se obedecer às diretrizes da Resolução CNJ n. 182/2013, que dispõe sobre as diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.

Como relatado, foi apurada a necessidade de prorrogação do contrato sob análise. Além disso, a contratada pleiteou o reajuste dos valores contratados pela aplicação da variação do índice acumulado do IPCA nos últimos 12 (doze) meses.

De acordo com a unidade fiscal da contratação, o serviço tem sido prestado de forma regular ([1123134](#)). Além disso, consta nos autos manifestação expressa de interesse da contratada na prorrogação do ato ([1114287](#)).

Analisando os autos, verifica-se que o cumprimento dos requisitos legais e normativos para a prorrogação pretendida por mais 12 (doze) meses, pelo período de 02/04/2024 a 21/04/2025, com fundamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 07/2022 e no art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução CNJ n. 182/2013.

Com efeito, o art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 assim versa:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à **obtenção de preços e condições mais vantajosas** para a administração, limitada a sessenta meses;"

O primeiro requisito necessário à prorrogação do contrato é que o serviço seja prestado de "**forma contínua**". Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral.

O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva "**iguais e sucessivos períodos**". Essa exigência encontra-se igualmente atendida, uma vez que o contrato será prorrogado por mais 12 (doze) meses, mantidas as condições e os termos atuais da contratação.

O terceiro e último requisito imposto pela norma reside na comprovação da "**obtenção de preços e condições mais vantajosas**" para a Administração com a prática do ato. Como visto, as diligências realizadas pela Equipe de Planejamento da Contratação demonstraram a vantagem dos preços a serem contratados mesmo após a aplicação do reajuste retroativo - a partir de 20/01/2024 - de 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), decorrente da variação do IPCA aferida no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, o qual será analisado posteriormente neste despacho.

Ressalte-se que o Contrato n. 07/2022 admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

13.1 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica, **podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses**, conforme art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, em atendimento ao disposto no art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução CNJ n. 182/2013, ocorreu a juntada de todos os artefatos que compõem os estudos preliminares listados para as contratações de TIC, nos quais encontra-se registrada a conclusão pela manutenção da solução contratada por meio da prorrogação da atual avença, com a devida e necessária atualização retroativa de seus valores por meio da aplicação da variação do IPCA no período.

Dessa forma, verifica-se o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis à prorrogação do prazo de vigência do contrato, da forma pretendida.

Além disso, como sobredito, a contratada pleiteou o reajuste dos valores contratados pela aplicação da variação do índice acumulado do IPCA nos últimos 12 (doze) meses, segunda data-base do contrato (01/2024), correspondente ao período de 01/2023 a 12/2023.

Para não deixar dúvidas quanto ao seu pleito, na data de 13/03/2024 a empresa confirmou, de forma expressa, a renúncia ao direito de reajustamento dos preços decorrente do primeiro aniversário do contrato, correspondente ao período de 01/2022 a 12/2022 ([1133652](#)). Nesse sentido, manifestada de forma expressa e inequívoca, essa faculdade conferida ao contratado é perfeitamente admissível dada a natureza patrimonial do direito ao reajuste dos valores do contrato sendo, portanto, disponível. Todavia, a renúncia expressa ao reajuste pela ocorrência da primeira data-base verificada em 01/2023 não se estende às demais, considerando se tratar de um direito renovável, que se aperfeiçoa a cada ano com a verificação das datas-bases posteriores.

Compulsando os autos, verifica-se possível acolher o pleito da contratada quanto à aplicação do índice IPCA pela verificação da segunda data-base ocorrida em 01/2024. A medida foi submetida à apreciação da AJSAOFC, a qual opinou pela possibilidade de concessão do reajuste pleiteado pela contratada no percentual de 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, com efeitos financeiros a partir de 20/01/2024, nos termos do item 41 do parecer jurídico da unidade ([1139350](#)).

Como relatado, o Contrato n. 07/2022 não possui a previsão de critérios de reajuste dos valores propostos/contratados. Todavia, trata-se de exigência constitucional e legal, consoante dispositivos relacionados abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Constituição Federal 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei n. 8.666/1993

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

Dessa forma, a inserção superveniente à celebração do contrato do índice de atualização dos valores ajustados não merece qualquer reparo, uma vez que a regra do reajustamento dos preços contratados configura-se em obrigação e não mera faculdade da Administração.

Cabe registrar que a Equipe de Planejamento da Contratação desencadeou diligências, obtendo a confirmação do órgão gerenciador - TRE/PB - que fora inserido, posteriormente à celebração do contrato naquele Regional, a regra da variação do IPCA como critério para reajustar anualmente os valores contratados. Assim, dada a condição de participante no SRP objeto do Pregão Eletrônico TRE-PB n. 27/2021 ([0805398](#)), de acordo com as regras do Decreto n. 7.892/2013, não poderá o TRE-RO inovar em relação às regras da contratação, mesmo aquelas inseridas de forma superveniente, salvo patente ilegalidade, o que não ocorre no caso analisado.

Por esse motivo, a necessária regra de reajuste dos valores do contrato deverá observar o idêntico referencial definido no órgão gerenciador, qual seja, a variação anual acumulada do IPCA, aplicada aos valores do contrato na data-base para a sua atualização.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([1133717](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 07/2022 ([0818495](#)), por mais 12 (doze) meses, pelo período de 22/04/2024 a 21/04/2025, nos termos da minuta [1133717](#), com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 07/2022 e no art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução CNJ n. 182/2013;

b) autorizo a inclusão do item 10.2 à Cláusula Primeira do Contrato n. 07/2022, nos termos da minuta [1133717](#), em face da imposição legal de aplicação de critérios de reajustamento de preços, tendo em vista a vedação legal do enriquecimento sem causa, aplicável, de igual modo, à Administração Pública;

c) autorizo o reajuste do contrato no percentual de 7,69% (sete inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de janeiro a dezembro de 2023, com efeitos financeiros sobre a contratação a partir de 20 de janeiro de 2024, com fundamento no artigo 40, inciso XI c/c o artigo 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93;

d) determino a notificação da contratada para apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste, em atenção ao disposto no item 44, V, ii, do Parecer Jurídico n. 48/2024 ([1139350](#)).

e) determino a notificação da contratada para apresentar renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Décima Sexta do Contrato originário e no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Terceira da minuta do Segundo Termo Aditivo ([1133717](#));

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 15/04/2024, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1141301** e o código CRC **0F568F32**.